

Reflexões socioambientais para um estudo geo-histórico do Assentamento Nova Vivência, Município de Sapé, Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil

Emmanuel Paulino de Luna¹, Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona¹, Carlos André Macêdo Cavalcanti¹, João Carlos de Miranda e Silva², Cícero Sousa Lacerda³, Hercílio de Medeiros Sousa³, Érika Marques de Almeida Lima³, Josemary M. Freire Rodrigues de C. Rocha³, Patrícia Tavares de Lima³, Luciano Honório de Carvalho³ e Natália Marques de Almeida Lima Miranda⁴

¹Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. *Campus I*. João Pessoa-PB, Brasil (CEP 58051-900) E-mail: emmanuel.paz@hotmail.com.

²Superintendência de Administração de Meio Ambiente - SUDEMA. Av. Monsenhor Walfredo Leal, 181. Tambiá, João Pessoa-PB, Brasil (CEP 58020-540).

³Instituto de Ensino Superior da Paraíba - IESP. Estrada de Cabedelo. BR 230, km 14, s/n. Morada Nova. Cabedelo-PB, Brasil (CEP 58109-303).

⁴Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba. Av. João Machado, 348. Jaguaribe. João Pessoa-PB, Brasil (CEP 58013-520).

Resumo. Este artigo tem como proposta, apresentar uma abordagem geo-histórica, tendo como bojo principal o socioambientalismo, tomando como exemplo o Assentamento Nova Vivência, localizado na zona rural de Sapé, na Paraíba. Trata-se, portanto, de uma perspectiva histórica e social, que vai considerar uma comunidade de assentados como um grupo que representa uma forma de luta contra a opressão do capital latifundiário, que retirou o homem do campo do seu meio. Assim, é uma luta ressignificada, nos modelos dos levantes indígenas ocorridos no Brasil colonial, ou ainda, nas formações dos quilombos que legitimavam a liberdade do homem, associando-o à terra. Assim, nos tempos hodiernos, os assentamentos rurais são frutos de uma extensa luta pela terra no Brasil, portanto, núcleos capazes de contribuir de maneira eficaz para oferta de alimento de qualidade a população como toda, tendo em conta sempre o uso consciente do meio ambiente, numa interação harmoniosa com os ecossistemas.

Palavras-chave: Assentamento Nova Vivência; Geo-História; Socioambientalismo.

Recebido:
24/07/2019

Aceito:
30/08/2019

Disponível *on line*:
31/08/2019

Publicado:
31/08/2019



Acesso aberto



Abstract. *Social and environmental reflections for a geo-historical study of the Nova Vivência Settlement, Sapé Municipality, Paraíba State, Northeast Brazil.* This paper aims to present a geo-historical approach, having as its main focus the socio-environmentalism, taking as an example the Nova Vivência Settlement, in the rural area of Sapé, Paraíba. It is, therefore, a historical and social perspective, which will consider a settlement community, as a group that represents a form of struggle against the oppression of landlord capital, which has removed man from the countryside. Thus, it is a resignified struggle, in the models of the indigenous uprisings that occurred in colonial Brazil, or in the formations of the quilombos that legitimized the freedom of man, associating him with the land. Thus, in modern times, rural settlements are the result of an extensive struggle for land in Brazil, therefore, nuclei capable of contributing effectively to the provision of quality food to the population as a whole, always taking into account the conscious use of the environment, in a harmonious interaction with ecosystems.

Keywords: Settlement New Experience; Geohistory; Socioenvironmentalism.

ORCID

- 0000-0001-5819-2453
Emmanuel Paulino Luna
- 0000-0002-7192-3297
Raquel de Lourdes de Miranda e Silva Carmona
- 0000-0002-8461-9104
Carlos André Macêdo Cavalcanti
- 0000-0001-5979-6451
João Carlos de Miranda e Silva
- 0000-0002-4047-5540
Cícero Sousa Lacerda
- 0000-0002-7209-0995
Hercílio de Medeiros Sousa
- 0000-0002-3267-4670
Josemary M. Freire Rodrigues de C. Rocha
- 0000-0002-4361-7196
Patrícia Tavares de Lima
- 0000-0002-2896-427X
Luciano Honório de Carvalho
- 0000-0002-0037-8965
Natália Marques de Almeida Lima Miranda

Introdução

A análise do meio ambiente, perpassa inúmeras abordagens nos mais variados ramos das ciências e o homem sendo um agente ativo em seu meio é um elemento fundamental na sua interação com a natureza como um todo, sobretudo, se levarmos em conta o seu processo histórico, no qual as sociedades vêm usufruindo dos recursos naturais com mais intensidade. Nesse entendimento, podemos reconhecer que desde os primeiros registros da vida humana na terra, o *Homo sapiens* vem modificando a natureza e utilizando os recursos naturais de acordo com suas necessidades.

Assim, a partir do entendimento de uma sociedade capitalista, essa situação se agrava, porque o mote passa

a ser o consumo e a acumulação do capital, que se sobrepõe aos cuidados com o meio ambiente, incluindo a sua preservação (Mansano e Nalli, 2017). Neste diapasão que motiva a sociedade líquida, como Bauman (2001), tira o melhor daquele ambiente e parte para outra forma de exploração, se ressignificando e dimensionando essa exploração.

Motivados pelo acelerado processo de geração de riqueza que vem com a exploração dos recursos naturais, faminto pelo capital, as sociedades atuam indiscriminadamente contra a natureza. Assim, com o crescente aumento populacional, e o desenvolvimento da sociedade moderna, as necessidades humanas levaram ao aumento dos impactos da ação humana sobre seu meio

material. Mansano e Nalli (2017), assinalam que essa sociedade degrada, polui, danifica, desmata e inviabiliza a recuperação da natureza, subjugando-a aos seus interesses.

Em meio às condições cada vez mais degradantes do meio ambiente, a sociedade organizada como um todo precisa elaborar ações que possam amenizar os efeitos negativos provocado pelo homem; seja em grande escala com o avanço da industrialização, ou em menor escala, com ações individuais e/ou familiares, no que diz respeito a uso consciente da energia, da água, acumulação seletiva do lixo e etc. O contrato social do Estado democrático de direito, permite que o mesmo se comprometa com as questões sociais, e isso inclui consequentemente a sustentabilidade do nosso ambiente, porém, não diminui a nossa responsabilidade local, para proporcionar uma cultura sustentável em meio aos nossos recursos. Nesse sentido:

A valorização do espaço cotidiano e da democratização e descentralização da gestão pública apontam, assim, para a esfera “Local” como o locus privilegiado para a Sustentabilidade Ampliada. É neste contexto contemporâneo que emergem tais propostas e estratégias de “novas sustentabilidades” as quais inovam ao abordar temas como democracia participativa, descentralização, eficiência, equidade, cidadania, autonomia, e pertencimento (Novaes, 2002, p. 6).

Sendo assim, o homem de maneira local, é um ser ativo que interage globalmente; essa integração torna-se um conjunto de medidas que possam fazer com que o local, afete de maneira positiva no global. As noções de cidadania e pertencimento do indivíduo citadas acima, possibilitam a divisão da responsabilidade do Estado em meio as comunidades locais que interagem nos ecossistemas; e nesse contexto desde

medidas como a economia da água, maneiras corretas de utilização do solo como o repouso (por exemplo); proteção da mata ciliar; diversificação das culturas produzidas (evitando a monocultura); a não derrubada da vegetação nativa, entre outro muitos fatores que poder ser realizados de maneira local, interagem consequentemente com o global; tornando-se uma rede cooperativa contra os impactos ambientais.

Neste sentido, entendemos que “Pensar globalmente e agir localmente” para “Pensar localmente e agir globalmente” (Nascimento, 2013), remete a ideia de que o homem, seja como indivíduo ou comunidade local, produz sua vida material de maneira ativa com seu meio ambiente afetando o mesmo. Sendo assim; para compreendermos e enfrentar o problemas ambientais, devemos prosseguir na busca por uma Educação Ambiental, ainda que nosso foco não seja essa temática, é pertinente assinalar que a relação do homem com a natureza deve se pautar pela prática consciente trazida por meio dessa ferramenta.

Compreendendo que tal prática educativa possui ferramentas e metodologias próprias que vão do âmbito pessoal ao coletivo, num diálogo contínuo e complementar entre ambiente e sociedade, que é denominado socioambientalismo, estabeleceu-se essa proposta de um estudo qualitativo e bibliográfico para apresentar um parecer temático pertinente às necessidades cotidianas do homem se relacionar com a natureza, mas que recortou a experiência do assentamento Nova Vivência, na zona rural da cidade de Sapé na Paraíba, para contextualizar as questões do por quê se faz necessária a Educação Ambiental.

Assim, esse estudo tem como objetivo analisar por meio de uma perspectiva geo-histórica o Assentamento Nova Vivência, mediante uma dialética da organização de classe, e conscientização dos atores sociais que relacionam com o meio ambiente. Perscrutando por meio desse processo o

caráter produtivo da comunidade, e consequentemente as implicações econômicas que perpassam essa produção.

Assentamento Nova Vivência e o espaço geo-histórico

Com 48 famílias assentadas, é um relevante contingente populacional que dista de aproximadamente 3 km da Cidade de Sobrado, e da Cidade de Sapé, da qual se situa a aproximadamente 7 km, possui feira livre onde os agricultores vendem seus produtos e movimentam a economia da Microrregião de Sapé. O recorte espacial que delimita o assentamento, torna-se interessante para o estudo geo-histórico, sobretudo, por possuir uma Área de Proteção Ambiental (APA) de 134ha e tendo a maioria da sua produção escoada para as cidades mais próximas epigrafadas. O que, de certa maneira, dinamiza a oferta e procura de alimentos da região.

Sobre o contexto histórico da comunidade, é relevante frisar que o Assentamento Nova Vivência faz parte de um conjunto de assentamentos mediados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Paraíba, órgão que no início do século XXI já contava com a mediação de mais 200 assentamentos rurais conforme afirma Pereira (2005), visualizando-se desde a década de 1970 até os dias atuais, mais de 200 conflitos de terras registrados, colocando o estado como um dos maiores contribuintes do ainda tímido processo de reforma agrária no Brasil (Pereira, 2005). Frisando que, nesse contexto, a CPT-PB é um pilar fundamental para a organização e mediação dessas ações.

O percurso desse estudo, tem um diálogo profundo com a geo-história, por perpassar os variados conceitos e métodos da geografia e história, na concepção braudeliana de uma dialética que entende a importância do espaço geográfico para a história (Braudel, 1992), e o diálogo das ciências sociais

para o aprofundamento das questões; dialogando com as percepções do físico e ecologista Capra (1996), que entende a necessidade de criar comunidades sustentáveis, ou seja, ambientes socioculturais que satisfaçam as necessidades atuais da sociedade, sem comprometer as gerações futuras, como o grande desafio da humanidade atualmente (Capra, 1996).

Em meio as diversas formas dos homens se organizarem no espaço geográfico, e por sua vez desenvolverem a produção da vida material como um todo, entendemos que as contribuições de Thompson (1987), a respeito das relações de dominação e experiências de classe, visualizadas nos atores sociais, possibilitam uma compreensão do movimento da história, em meio ao dinamismo ao qual se propõe a pesquisa em questão; sendo assim; entendemos que essa trajetória amplia o debate interdisciplinar a respeito do meio ambiente e sua profunda relação com a sociedade.

O socioambientalismo

Definido por um diálogo entre o ambiente e a sociedade, que entre outras pertinências, “visa à conjugação dos fatores estritamente ambientais e de caráter técnico com o seu contexto social, econômico, cultural, étnico e político.” (Cavedon e Vieira, 2008, p. 3). Em meio as tais considerações, o seu estudo possui uma abrangência interdisciplinar, que permeia vários campos do saber como a geografia, sociologia e história ; vislumbrando assim, um campo do saber rico e fundamental para o entendimento da sociedade em meio ao ambiente que vivemos.

Neste sentido, a história como campo do saber, tem uma considerável importância no desenvolvimento da sociedade e nessa perspectiva, a relação do historiador com seu campo de pesquisa têm um distanciamento e por vezes estranhamento das outras áreas do saber; já que o mesmo, elabora e admite

que as problemáticas que envolvem seu ofício, surgem como afirma Certeau (1982), do seu “lugar social”; ou seja; a pesquisa histórica pode assumir uma posição clara com a vivência cultural, social, temporal e política ao qual o historiador está situado, ainda que o mesmo procure exercitar o distanciamento dos resultados surgidos a partir das problemáticas por ele diagnosticadas.

Sabendo que o percurso histórico dos atores sociais que integram a comunidade, é importante pra diagnosticar como os mesmos se relacionam com seu meio ambiente; é interessante saber por meio de um breve histórico, de onde eles (os assentados) vieram, quais suas trajetórias enquanto agentes coletivos nos movimentos sociais, que permeiam experiências de classe no que diz respeito os interesses comuns das famílias, que são herdados e compartilhados, geralmente se opondo a outros grupos (Thompson, 1987).

Desta forma, entender o processo social e geo-histórico; partindo da problemática estudada, que traz questões como: o assentamento consegue produzir de maneira economicamente viável respeitando o meio ambiente? Qual dinamismo, (sociedade/meio ambiente) pode se concluir a partir da análise do um estudo de caso do Assentamento Nova Vivência? Ou ainda, quais ferramentas metodológicas irão mensurar de maneira mais significativa uma pesquisa desse calibre? Essas são questões relevantes em meio à necessidade cada vez maior do homem conviver em harmonia com a natureza, não se sustentando mais em argumentos que o econômico só afeta negativamente o meio em que vive.

Assentamentos rurais: conceitos e dilemas

O homem na estreita relação com a natureza promove uma variedade de organizações espaciais, dentre elas os assentamentos rurais. Os mesmo são

projetos que visam a modificar o espaço rural como finalidade de ocupação por uma camada da população que está envolvida com a luta pela terra. De modo geral esses projetos são datados de meados da década de 1960, podendo ser visualizados em programas oficiais da América Latina com o objetivo de distribuir famílias “sem terras” para um imóvel rural, dando ao mesmo uma ressignificação produtiva (Fernandes, 1996). Com base num documento emitido pelo Ministério do Meio Ambiente em 2006, no Brasil entende-se Assentamentos Rurais da Reforma Agrária como um:

Conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à reforma agrária, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares (Brasil, 2006, p. 1).

Os assentamentos rurais são conquistas históricas de um processo longo e permanente da luta pela terra no Brasil. O contexto da luta pela terra no nosso país permeia um percurso histórico que vai desde a ocupação da América Portuguesa ate nossa contemporaneidade, apresentando experiências diversas conforme os variados grupos comunitários-sociais envolvidos na questão agrária em seu contexto de tempo/espaço.

Inicialmente com o processo de colonização europeia, as variadas tribos que aqui já viviam e usufruindo do meio ambiente, foram pressionadas a

deixarem as zonas por elas habitadas se adentrando ao interior do continente e, na maioria dos casos, forçadas ao trabalho nos engenhos, porém não fugindo da resistência; segundo Holanda (1960) “O anseio de submeter o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante do mundo colonial lusitano” (Holanda, 1960, p. 83).

Como percebemos já no século XVI, as terras que hoje chamamos de Brasil, foi alvo de intensas lutas, tendo em vista que os indígenas empenharam algumas revoltas como forma de resistência a ocupação europeia no espaço agrário. Com a escravização dos negros africanos no século XVI, principalmente na monocultura açucareira, somaram dois elementos que representaram a exploração da classe dominante europeia sobre grupos marginalizados que são à base do desenho das desigualdades sociais em diversas estâncias, entre elas, o latifúndio nas terras que hoje chamamos de Brasil. Lima (2013, p. 32) ressalta que “o processo de colonização deu origem à apropriação da terra dividida em grandes lotes, as sesmarias, doada pelas Coroa Portuguesa a pessoas que dispunham de recursos para explora-las, utilizando a força de coação de indígenas e negros africanos”.

Percebemos na afirmação de Lima (2013), que a questão da luta pela terra, vem de uma estrutura agrária desigual, que gerou conflitos desde a chegada dos europeus com a acumulação primitiva do capital, em fase inicial com a exploração indígena, e logo em seguida com a exploração da mão de obra africana, em prol do latifúndio e da produção para exportação baseada a princípio, sobretudo na exploração da madeira e na monocultura açucareira, frutos da cultura expansionista Ibérica.

Em meio à exaustiva resistência e crescente extinção dos povos nativos que foram consequentemente perdendo seus territórios e se adentrando cada vez mais aos sertões, numa luta desigual com seus colonizadores, como já citamos, os

negros que também estavam aqui trazidos no século XVI com o objetivo da mão de obra escrava, porem como afirma Del Priore e Venâncio (2010), no mesmo século foram registradas fugas de negros, que se organizavam através de comunidades rurais denominadas Quilombos. Assim, através desses núcleos, buscavam se organizar, como forma de resistência e luta contra o sistema escravista, sendo um espaço onde os negros se afirmavam num território livre do sistema que os oprimiam.

Os Quilombos não representam apenas um espaço geohistórico de luta pela terra no Brasil, a resistencia negra perpassa pelas questões de luta por um território, ou ate menos da produção da vida material do quilombolas, sendo também um espaço simbolico de resistencia da cultura negra; os quilombos reflexos da necessidade do negro resistir enquanto povo, solidificando e reconstruindo sua indetidade no Brasil. Segundo Silva (2012, p. 3), “[...] o processo de territorialização quilombola constitui-se muitas vezes, na luta para continuar a existir, na reinvenção de uma identidade política portadora de direitos que é informada por uma memória ancestral”. O que significa dizer que, seja nas lutas entre nativos e europeus ou na resistência dos quilombos, a luta contra a opressão, persiste.

Tal resistência pode ser vista nos movimentos mais recentes como As Ligas Camponesas formadas em meados do século XX, ou ate mesmo movimentos contemporâneos, como o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), formado na década de 1970 e de forte influência até hoje. São movimentos que demonstram traços marcantes da luta pela terra no Brasil, no qual os Assentamentos Rurais estão inseridos historicamente e politicamente, como uma tentativa de movimentação das engrenagens da reforma agrária no Brasil, diminuindo assim uma

desigualdade histórica em relação à distribuição de terras (Fernandes, 1996).

Neste entendimento, direcionamos o olhar para o Assentamento Nova Vivência, que foi mediado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição da Igreja Católica, criada em 1975, com o intuito não só de mediar conflitos de sem terras, como apoiar os pobres e trabalhadores do campo de forma geral (seja nativos, seringueiros, posseiros, sem terras etc.), desenvolvendo projetos e se colocando diante de iniciativas que beneficiem a população pobre do campo, trazendo a mediação e o auxílio aos acampamentos de grupos sem terras, dando suporte legal aos assentamentos rurais, como veremos a seguir.

Uma análise geo-histórica do Assentamento Nova Vivência, Sapé-PB

A história dos primeiros moradores do Assentamento Nova Vivência, é composta de sequências que levaram a uma negociação relativamente rápida das terras onde hoje se estabelecem a comunidade. Os primeiros moradores que iniciaram a luta pela terra em sua grande maioria vieram do Litoral Sul paraibano, uma parte ingressou na reforma agrária unindo-se a Barramares (assentamento localizado no Município de Pitimbu-PB), outros iniciaram uma militância em busca da terra nos Municípios de Itambé-PE e Pedras de Fogo-PB (cidades que fazem divisa entre os dois estados), alguns saíram do Município de Alhandra-PB e ingressaram nesses focos até a chegada à Fazenda Sapucaia. Essa população camponesa mudou-se para outros assentamentos e acampamentos, mediados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Movimento Sem Terra (MST) e posteriormente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) onde se fixaram no atual assentamento Nova Vivência.

Esta trajetória de deslocamento fomenta um estigma negativo, com o qual a população, tanto (e principalmente) urbana, quanto dos grandes e pequenos proprietários do campo enxergam os “sem terras” são visualizados não só a nível local, mas é uma característica comum nesse processo de luta. Em pleno século XXI essa camada da população vive socialmente estigmatizada, buscando na luta pela terra, uma forma de resistência e de legitimação de suas identidades. Sobre o estigma social entendemos que ele é “[...] usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem (Goffman, 1891, p. 4).

O pensamento social do autor aponta a depreciação conceitual de signos construídos historicamente, que por sua vez, acusam uma normatividade comportamental que diferencia um grupo e/ou pessoa do outro. Goffman (1981) identifica a referência do termo aos gregos que utilizavam corporalmente de sinais que permitiam a identificação e diferenciação por algo extraordinário, ou até mesmo, negativo sobre o status moral.

O homem do campo possui simbolicamente esse “status moral” depreciativo, mediante a uma população cada vez mais urbanizada. Para Schenato (2011), o homem acampado/assentado além de pertencer à identidade rural, visualiza em sua vida o discurso da luta pela terra através dos movimentos sociais em favor da reforma agrária, caracterizando na visão do homem urbano, uma identidade social marginalizada pelo preconceito, sendo adjetivados com termos como: “sem terra”, “vagabundo”, “forasteiro” “improdutivo” etc.

Socioambientalismo no assentamento Nova Vivência

O socioambientalismo é “construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental” (Santilli, 2005, p. 14). Sendo assim, a comunidade deve ser analisada de uma forma micro, no que diz respeito a vivência dos personagens locais com seu meio ambiente, como também de forma macro, levando em conta as políticas públicas e demais fatores que interagem de forma direta e indireta com lócus a ser pesquisado.

O Assentamento Nova Vivência, possui 61,5 ha de reservas florestais e mais de 73 ha de áreas verde. Juntas estas áreas somam mais de 134 ha de APAs (Área de Proteção Ambiental) destinadas a preservação da fauna e flora da região, sendo assim, entendemos que a constituição do assentamento enquanto território tornou-se um elemento positivo para a preservação do meio ambiente, não só para a comunidade internamente que se estabeleceu nos limites. Portanto, se situa em um rico ambiente, grosso modo, dialoga com os mais variados ecossistemas sejam aquáticos ou terrestres com a presença de biomas como a Mata Atlântica presente na região, possuindo um clima tropical úmido, rica em fauna com presença de diversas espécies de mamíferos, anfíbios, aves, insetos, peixes e répteis, e uma flora bastante diversificada com árvores de grande e médio porte como: palmeiras, peroba, jequitibá-rosa e cedro que dão uma certa densidade nas áreas de preservação.

Sabendo de tais valores ambientais é necessário que cada vez mais as comunidades, como o assentamento, procurem um equilíbrio entre a ação humana e os demais organismos que se entrelaçam com o meio ambiente. Capra (1996) ressalta que graças às suas interações com o meio ambiente, os organismos vivos se mantêm e se renovam continuamente, usando, para esse propósito, energia e

recursos extraídos do meio ambiente (Capra, 1996, p. 126). Ou seja, desde os organismos mais simples, aos mais complexos como o ser humano, existe interação com o meio ambiente, renovando o ciclo da vida. Sendo assim, a ação do homem, pode afetar de maneira negativa o meio ambiente, causando um conjunto de ações/efeitos que afeta todo ecossistema que está inserido no processo.

Dessa forma, é necessário que os assentados convivam e produzam os alimentos que são consumidos internamente e/ou vendidos, com responsabilidade e consciência coletiva. No entanto, a presença da monocultura do açúcar, ainda representa um problema a ser enfrentado no assentamento Nova Vivência, sendo praticada por um grupo pequeno, mas, contínuo de famílias que preferem produzir a cana, e vender pra os engenhos, indo contra os princípios de autonomia, e luta contra o capital do agronegócio, manifestado na monocultura que enfraquece o solo; além de causar uma relação de dependência entre os assentados e o capital externo.

Segundo Lima (2013), a zona do açúcar no nordeste (Paraíba, Pernambuco e Alagoas); está intimamente relacionada com o processo de latifúndio nessa região; por isso o assentamento, em tese deveria afastar-se suas relações econômicas com essa prática. A produção da cana de açúcar em zonas destinadas a reforma agrária com o intuito de vender a produção aos engenhos, além de continuar a enfraquecer o solo; gera uma relação de terceirização do agronegócio, diminuindo ainda mais a mão de obra e terras produtivas a alimentação de subsistência.

Neste sentido, vale apontar que a proposta do assentamento, se configura na agricultura familiar, que já representava no final do século passado, aproximadamente 85% dos estabelecimentos rurais (Picolotto, 2011), sendo a base alimentar do país, contudo estima-se que a produção de alimentos deve aumentar 60% em 2050 para suprir a necessidade

populacional crescente (Belik, 2013), o que aponta uma vertiginosa crise de suprimentos alimentares no mundo. Sendo assim quando as famílias assentadas, em meio as pressões do mercado resolvem produzir para o agronegócio, estão contribuindo para esse crise, quando em tese, esse núcleos deveriam ser espaços de resistência a lógica capitalista do mercado.

Considerações finais

O Assentamento Nova Vivência, possui desafios comuns a toda comunidade campesina, seja na organização social propriamente dita que promove ações coletiva, como exemplo de uma maior fiscalização das áreas de preservação por parte da comunidade como um todo. A monocultura da cana de açúcar, por exemplo, é uma questão que precisa ser reavaliada na comunidade, o uso extensivo dessa prática pode levar não só a problemas ambientais, como desestimula uma economia sólida, no que diz respeito a independência financeira dos atores sociais do assentamento, como também a dinamização de uma variedade de oferta de alimento essenciais e de qualidade, no qual o assentamento já demonstra sua potencialidade.

Também é necessário, que nesse sentido, seja destacada a importância da Educação Ambiental, que precisa ser vista cada vez mais de forma não isolada, levando a discussão que vai desde o contexto nacional, regional, até às organizações locais, nesse caso as reuniões do próprio assentamento, em prol de estabelecer metas a serem alcançadas pela comunidade, como iniciativas de reciclagem, reflorestamentos das áreas afetadas negativamente pela ação humana, período pausados na pesca conforme a preservar a biodiversidade do açude entre outro fatores que interferem diretamente na pratica socioambiental do assentamento.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesses.

Referências

- Bauman, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- Belik, W. Desperdício, crise alimentar e banco de alimentos: Dia Mundial da Alimentação. Anais do Seminário Segurança Alimentar e Cidadania, NEPA/UNICAMP, 2013.
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para o licenciamento ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária**. 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2E33140D/PropResolReforAgrariaVLimpa31CTAJ.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.
- Braudel, F. **Escritos sobre História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- Capra, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
- Cavedon, F. S.; Vieira, R. S. Socioambientalismo e justiça ambiental como novas perspectivas para o Direito Ambiental: contribuições para a construção de um "Direito da Sustentabilidade". **Revista Brasileira de Direito Ambiental**, v. 13, p. 21-38, 2008.
- Certeau, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- Del Priore, M.; Venâncio, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.
- Fernandes, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- Holanda, S. B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I: A época colonial. 1. v. Do descobrimento à expansão territorial. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- Lima, E. C. **Dissidência e fragmentação da luta pela terra na "Zona da Cana" nordestina**: Alagoas, Paraíba e Pernambuco. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.

Mansano, S. R. V.; Nalli, M. Sustentabilidade e biopolítica: um problema para a contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, e156315, 2017. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29156315>

Nascimento, F. R. **O fenômeno da desertificação**. Goiânia: EDFGO, 2013.

Novaes, C. R. Desenvolvimento sustentável na escala local; a Agenda 21 Local como estratégia para a construção da sustentabilidade. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, 2002.

Pereira, A. A. **Além das cercas**: um olhar educativo sobre a Reforma Agrária. João Pessoa: Ideia, 2005.

Picolotto, E. L. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e

política. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011. (Tese de doutorado).

Santilli, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

Schenato, V. C. **Grupos sociais rurais além das fronteiras**: Construções indenitárias entre colonos e assentados no oeste paranaense. 1. ed. Curitiba: CRV, 2011.

Silva, S. R. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica, USP, São Paulo, 2012.

Thompson. E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.



Informação da Licença: Este é um artigo Open Access distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

